

PLENÁRIA NACIONAL VIRTUAL DA FENASPS

Data: sábado, 11 de março de 2023

Local: realizada em formato virtual, com a plataforma Zoom

Presentes: 119 trabalhadores(as), representando 17 estados (sindicatos de CE, ES, GO/TO, MG, MS, PA, PI, PR, RJ, RN, RS, SC, SE e SP e oposições de BA e DF).

PROPOSTAS APROVADAS:

1. Exigir a abertura, de forma urgente, das mesas setoriais de negociação e a discussão da Campanha Salarial 2024, para que esteja formalmente na proposta de negociação atual;
2. Reiterar ao Fonasefe o reconhecimento formal das perdas salariais, a inflação histórica acumulada no período, incluindo-as no Orçamento da União, com a fixação de uma data-base para os Servidores Públicos Federais (a ser vislumbrada dentro do conjunto do debate da política salarial no Serviço Público);
3. Exigir a revogação de legislações (decretos, portarias, normas etc.) que atacaram os direitos dos(as) servidores(as) no último governo. Envidar uma batalha para que sejam revogadas imediatamente todas as medidas nocivas à classe trabalhadora nos governos Temer e Bolsonaro, incluindo a Portaria nº 490 do INSS, que impõe metas abusivas (e, além do ato normativo que ameaça que os servidores que não alcancem tais metas sejam encaminhados à correção, conforme existem já relatados);
4. Reivindicar uma proposta de equiparação futura do valor do auxílio-alimentação com o Poder Judiciário, bem como a recomposição inflacionária de outros auxílios, como a *per capita* de saúde e do auxílio-creche, etc;
5. Lutar pela inclusão de servidores(as) que não tenham planos de saúde no recebimento da *per capita* de saúde complementar uma vez que também têm gastos com saúde. Que essa proposta entre na pauta da campanha salarial de 2024;
6. Propor ao Fonasefe a construção de um Dia de luta, mobilização e paralisações no dia da reunião com o Governo (20/03), construindo um calendário junto às entidades membros deste fórum pelo reajuste emergencial, campanha salarial e mobilização de toda a base da FENASPS pelo reajuste emergencial por meio de MP e instalação das mesas setoriais. Caso a proposta seja apresentada antes dessa data, indicar aos estados realização de novas assembleias e Plenária Nacional para discussão da mesma;
7. Lutar pelo reajuste emergencial, calculado em 26,94%. E exigir do governo o reconhecimento das perdas salariais históricas para serem incluídas no orçamento. Reiterar a imediata abertura de negociação referente ao reajuste salarial de 2024. E ainda, a retomada das mesas de negociações específicas;
8. Realizar fórum dos servidores do Seguro e da Seguridade Social, de forma presencial, para discutir os processos e condições de trabalho, considerando o alto índice de adoecimento físico e mental dos servidores e servidoras;

9. Divulgar na mídia as péssimas condições de trabalho no INSS, na Saúde, no Trabalho, na Anvisa;
10. Denunciar aos ministérios Público Federal (MPF) do Trabalho (MPT), Casa Civil, e outros órgãos, para que sejam adotadas medidas efetivas com relação ao assédio institucional nos órgãos públicos cujos trabalhadores(as) estão na base da federação;
11. Que a Fenasps que oficie o Ministério da Gestão e Inovação solicitando reunião em conjunto com a Dataprev para cobrar melhorias na estrutura de sistemas no INSS;
12. Reiterar a anistia da reposição dos dias parados na greve de 2022;
13. Suspensão dos desligamentos dos programas de gestão, considerando os problemas estruturais da autarquia e a involução das discussões sobre os processos de trabalho no Comitê Permanente;
14. Cobrar audiência no ministério da Saúde para discutir a pauta de reivindicações dos servidores da Saúde (incluindo o cumprimento de acordo de greve) e a contagem do tempo especial para aposentadorias;
15. Pressionar os deputados para supressão do artigo da MPV 1.156/2023, que extinguiu a FUNASA;
16. Incluir na pauta de reivindicação da Saúde a questão da alteração do limite mínimo (parte fixa) da Gratificação GDPST, que passará dos atuais 30 (trinta) pontos para 70 (setenta) pontos, conforme já acontece na Previdência Social;
17. Autorização para que a Assessoria Jurídica da Fenasps (Assejur) faça uma proposta diferente sobre o Decreto 10.620/2021, conforme prevê a EC 103/2019. Que a Assejur disponibilize a proposta com a Direção Colegiada da FENASPS, para posterior socialização com a participação de membros da Assessoria nos fóruns nacionais, para fazer o debate com a categoria;
18. Solicitar à Assejur a elaboração de uma nova Nota Técnica sobre a contagem de tempo especial para aposentadorias (Tema 942), para orientar os trabalhadores e trabalhadoras, e apresentá-la para o Governo;
19. Indicar aos sindicatos estaduais a convocação de assembleias por Locais de Trabalho para discutir a pauta do governo, com indicativo de nova Plenária da FENASPS no dia 18 de março;
20. Reivindicar a suspensão emergencial da contribuição do PSS dos aposentados do Serviço Público até conclusão da negociação salarial;
21. Defender a ampliação da mobilização dos SPF para efetivação das reivindicações.
22. Denunciar a atuação de gestores com posturas fascistas, racistas, LGBTfóbicas, assediosas, preconceituosas, etc, que compõem, ou já compuseram, as direções do INSS, Saúde, Anvisa e em todos os ministérios;
23. Que FENASPS e SINDICATOS rediscutam o Teletrabalho, Robótica, Home Office e os impactos na prestação do serviço à população no âmbito do INSS, Saúde, Trabalho, Anvisa;

- 24.** Fazer a discussão sobre a Carreira de Estado no próximo fórum da FENASPS;
- 25.** Reforçar as diretrizes gerais aprovadas pelo conjunto dos federais através do FONASEFE e FENASPS em relação a pauta geral em discussão na Mesa de Negociação Permanente, em especial Nos seguintes pontos:
- Reposição das perdas inflacionárias desde janeiro/2017, com reajuste linear calculado em 26,94%, sendo que fica sujeito as deliberações das assembleias estaduais e plenária nacional da FENASPS, em relação a proposta que venha a ser apresentada emergencialmente pelo governo;
 - Avaliação para concessão do auxílio-alimentação para os servidores aposentados e pensionistas (equiparação com ativos);
 - Aumento dos valores de per capita do auxílio-saúde complementar, no sentido que a União tenha uma contrapartida mínima de 50% do custeio;
 - Fim do desconto da contribuição previdenciária para os servidores aposentados e pensionistas;
 - Garantia da paridade constitucional entre servidores ativos, aposentados e pensionistas.
 - Que o governo estenda para os servidores federais e faça a devida inclusão dos benefícios e nas regras do Programa *Desenrola*, para renegociação de dívidas e subsídios financeiros destinados a esse programa de alcance social. Considerando o alto comprometimento dos trabalhadores e trabalhadoras em geral tendo em vista o longo período de defasagem salarial sem reposição.
- 26.** Buscar, junto com o Fonasefe, os deputados da base do governo, em Brasília e nos respectivos estados, para solicitar a conclusão do processo negocial com um percentual melhor do que oferecido até agora;
- 27.** Elaborar uma moção de apoio à greve das trabalhadoras e trabalhadores da Enfermagem no país;
- 28.** Alterar no Encontro Nacional do Serviço Social, aprovado na última plenária, de março para junho de 2023, orientando para os sindicatos realizem encontros estaduais, preferencialmente presenciais;
- 29. Proposta específica sobre o Ministério do Trabalho:**
- Reestruturação do Ministério do Trabalho (ex-MTE);
 - Reestruturar as unidades e recompor a força de trabalho, por meio de concurso público;
 - Exigir o fim do desvio de função;
 - Articular com as entidades Condsef e CNTSS para que se reitere a reunião com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, sobre plano de carreira que já tinha sido encaminhado para o Ministério da Economia (ME), conforme acordo de greve;
 - Reforçar a importância da criação do grupo permanente das condições de trabalho;
 - Reiterar a anistia dos dias de greve dos anos anteriores (2010, 2012, 2015 e 2022) que estão em aberto;
 - Cobrar do Ministério a suspensão da planilha que foi criada na época da pandemia com a promessa de quando o servidor voltasse para o presencial seria suspensa. Porém não ocorreu até o momento, trazendo um conflito com o atendimento presencial, sobrecarregando os servidores do presencial.
- 30.** Que a FENASPS indique aos sindicatos estaduais a participação nas pré-conferências e conferências municipais e estaduais de Saúde, e reforce com a categoria a importância da participação na 17ª Conferência Nacional de Saúde, que ocorre de 2 a 5 de julho de 2023, em Brasília.

31. Pauta Específica da ANVISA e Agências Reguladoras:

- a) Estudo para a Criação da Carreira Única da Regulação Federal no âmbito das Agências Reguladoras, composta pelos cargos efetivos de Regulador Federal (nível superior) e Técnico Regulador Federal (nível intermediário), incluindo todos os servidores do atual Quadro Especial ativos, aposentados e pensionistas;
- b) Estabelecendo como parâmetros de modalidade, pisos e remunerações para a Carreira da Regulação Federal, os mesmos praticados para os cargos de Auditoria e de Analista da Receita Federal ;
- c) Remuneração dos servidores de nível intermediário correspondente a 75% da remuneração de nível superior
- d) Realização de concurso público com vagas destinadas a área de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados (PAF) da ANVISA, para recomposição , retomada e fortalecimento das ações de fiscalização e controle sanitário e de vigilância sanitária federal em todo o país;
- e) Encaminhar ofício para o Ministério da Saúde expondo a real situação da área de Portos, Aeroportos e Fronteiras da ANVISA, bem como a importância desses serviços para a saúde da população e solicitar sua recomposição com a reativação dos postos de trabalho extintos em pleno período da pandemia de COVID;
- f) Que a Diretoria Colegiada da FENASPS, o DEVISA e seus sindicatos estaduais sejam solidários à luta dos servidores da Agência Nacional de Mineração – ANM, que foi criada posteriormente às demais agências reguladoras e têm uma remuneração cerca de 30% menor que as demais.
- g) Tendo a defesa da justa equiparação de remuneração para os quadros da ANM com todas as outras agências reguladoras, já incluindo quaisquer ganhos futuros coletivos a essa categoria da regulação federal;
- h) Que a Diretoria Colegiada da FENASPS oriente e reforce aos sindicatos estaduais filados para que assegurem o apoio necessário para os encaminhamentos e execução de todas as pautas sugeridas pelo DEVISA e aprovadas nesta Plenária Nacional.

Brasília, 11 de março de 2023

FENASPS